

## Dicionário, norma e variação

### 1. Introdução

Na imensa maioria dos casos, um dicionário de língua geral é um produto cultural e social que se baseia sobre certos fatos considerados como já adquiridos. Assim, o consulente espera encontrar num dicionário o ‘bom’ francês ou o ‘bom’ português sem pensar que a escolha desta variante, socialmente considerada de prestígio, implica certo número de escolhas para delimitar um idioma em relação a outros idiomas num espaço social e/ou geográfico dado.

Em certos casos, nem o dicionário explica claramente qual realidade sociolinguística serviu para chegar à norma dicionarística, que, no caso do dicionário de língua geral, corresponde a uma norma culta. Em outros casos, a introdução ao dicionário fornece indicações que deixam prever que a língua representada corresponde à variante europeia ou brasileira, no caso do português por exemplo; ou seja, parte-se do princípio de que já existem duas variantes que possam ocupar o espaço de uma norma.

Diante deste fato julgamos pertinente elaborar uma reflexão em torno das noções de ‘norma’, ‘língua’ ou ‘dialeto’ na visão dos dicionários, colocando o acento sobre a percepção dos dicionários de língua portuguesa. Na continuação analisamos como certos dicionários tratam a variação diatópica, pois esta variação oferece margem para interpretar um fenômeno linguístico como pertencente a uma norma culta ou como sendo um regionalismo. Para este último, o regionalismo, aparece, então, a dúvida se ele corresponde a uma norma aceita.

## 2. Uma língua – quantas normas?

Primeiramente é útil situar onde o presente trabalho se insere em relação a noções como *língua*, *dialeto* ou *norma*. É patente observar que a distinção entre *língua* e *dialeto* não é fácil a ser estabelecida em termos de linguística interna. Vejamos algumas definições de ‘dialeto’ em quatro dicionários diferentes:

Linguagem particular de uma região e que se considera como variante de uma língua-tipo da qual difere pouco. (NDLA [*língua-tipo* não está definido no presente dicionário]).

LINGUÍSTICA variante local ou regional de uma língua, que se distingue pelas especificidades a nível de pronúncia (fonética), do vocabulário (léxico), etc.; variedade geográfica [...] (DLP)

*Líng.* Variante de uma língua restrita a uma comunidade inserida em uma comunidade maior de mesma língua [Divide-se em dialeto social e geográfico] [...] (Aulete).

*Linguística* 1. Variante regional de uma língua, sem o *status* de língua nacional (p. ex.: o dialeto napolitano). [...] (GDS).

É possível encontrar definições mais de acordo com o que se considera a propósito de *dialeto* em linguística ou, mais precisamente, em geografia linguística. No entanto, as quatro definições mostram um traço primordial na percepção comum do conceito *dialeto*: trata-se, segundo as obras consultadas, de uma variedade face a uma outra que, ela, deve ter um prestígio maior na comunidade linguística. Assim, para um dicionário, o dialeto vê-se defronte a uma língua-tipo, enquanto outro menciona que o dialeto não goza do estatuto social de língua nacional. Nota-se igualmente que o dialeto tem uma extensão de emprego reduzida perante a língua. A definição do Aulete deixa ainda perceber que essa extensão reduzida pode ser de ordem social como de ordem geográfica. Em todos os casos, nas obras lexicográficas consultadas

existe o par ‘dialeto – língua’, que impede abrigar-se detrás da noção de *idioma* que autorizaria não pormenorizar a distinção entre as duas noções em questão. Consequentemente apresentamos as definições de *língua* (ao menos as partes que se relacionam com *dialeto*) extraídas dos mesmos dicionários em que foram retiradas as definições precedentes:

[...] 2 P. ext. Linguagem; voz; idioma; o conjunto das palavras, expressões e das regras a que está sujeito um idioma. 3 A língua vernácua [...] (NDLP).

[...] sistema abstrato de signos e de regras gramaticais que possibilita a produção e a compreensão dos atos linguísticos; vocabulário de um idioma e suas regras gramaticais; idioma [...] (DLP).

[...] *Líng.* Sistema de comunicação e expressão verbal de um povo, nação, país etc., que permite aos usuários expressar pensamentos, desejos e emoções; IDIOMA 4. O idioma vernáculo [...] (Aulete).

[...] 3. Sistema de signos verbais próprio para a comunicação de indivíduos que o utilizam para se exprimir e comunicar-se; código verbal de que se serve o homem para se comunicar; idioma: *a língua portuguesa* [...] (GDS).

Em termos linguísticos, notamos que a maior parte das definições se deixaria igualmente aplicar ao conceito de *dialeto*, sendo este último também um conjunto de palavras, servindo ele também à comunicação. A perspectiva lexicográfica dos dicionários consultados, portanto, não permite discernir diferenças entre *língua* e *dialeto*, ao menos em termos de linguística interna. Já com uma abertura a aspectos sociais, aparecem outros fatores. De fato, numa definição de ‘língua’, leia-se «[...] expressão de um povo, de uma nação, país etc. ...», enquanto que o dialeto é, em contraste, «particular», «regional», «sem o *status* de língua nacional».

Em termos saussurianos podemos afirmar que entre língua e dialeto existe uma diferença de quantidade, mas não de natureza

(Saussure 1982: 264). Mais prosaicamente, poder-se-ia afirmar que um dialeto é uma língua que não teve sorte, e a língua é um dialeto que teve sorte. Em que consiste esta sorte? Nas nossas sociedades ocidentais (entre outras), a tradição escrita é sem dúvida um fator primordial e os dialetos e/ou as variantes que conseguiram conquistar o estatuto de língua escrita, conseguiram igualmente conquistar o estatuto de língua *tout court*, enquanto as outras línguas se tornaram dialetos, ao menos na percepção geral não forçosamente linguística. O estatuto de 'língua escrita' conquistado, estes idiomas conseguiram ainda reforçar seu estatuto privilegiado, mesmo se não podemos negar que certos idiomas, com estatuto de dialeto, também produzem textos – importaria ainda ver que tipo de texto (oficial, jornalístico, correspondência particular, etc.), mas isso ultrapassaria o quadro do presente trabalho.

Uma perspectiva diacrônica possibilitaria a fixação de um ponto de partida, o latim no nosso universo cultural, e constatar que o francês, assim como o picardo, são dialetos do latim: Nesta perspectiva, o francês e o picardo são dialetos primários, pois ambos provêm diretamente do latim, enquanto que o galego e o português são dialetos secundários, se aceitamos que o galego e o português são, hoje em dia, independentes um do outro, mas que tiveram uma base conjunta chamada galaico-português. Latim ou galaico-português, a questão é de ordem sociocultural, antes de dizer respeito à linguística interna. Em outras palavras, é língua o que uma comunidade percebe como tal e consegue fazer perceber como tal. Sobre estas considerações se superpõem outros fatores culturais. Os dicionários inicialmente consultados consideram frequentemente o dialeto como uma variante de uma língua, percepção talvez aceitável em termos sincrônicos, mas não, como se viu, em termos diacrônicos. Sobressalta agora a noção de variante: X é uma variante de Y ou X é uma alternativa de Y, de função mais ou menos parecida. Se se deixa de lado considerações linguísticas, pode-se dizer que a variante é menos aceitável que a

‘não-variante’. No entanto isso não é verdade sob um ponto de vista estreitamente linguístico, pois em geral o dialeto goza de um menor prestígio social que a língua. No entanto, língua como dialeto são sujeitos à variação e produzem variantes.

Passando de ‘variante’ a ‘variação’, cabe notar uma diferença importante entre dialeto e língua. Esta diferença é de ordem cultural e social. Falando a propósito de dialeto, a princípio é delicado afirmar que tal ou tal forma seja ‘certa’ e tal outra ‘errada’; o juiz seria unicamente o interlocutor que, talvez apenas baseado na sua experiência própria, avaliaria uma sentença como aceitável ou inaceitável, mas ele provavelmente não tem a seu dispor um dicionário ou uma gramática normativos para justificar sua avaliação, senão o idioma em questão estaria mais perto de ‘língua’ que de ‘dialeto’: Aqui reside um feixe de fatos importantes para considerar um idioma como língua ou dialeto: o maior ou menor grau de institucionalização do idioma. Sem entrar em detalhes, citamos apenas o caso do ‘moldávio’ e suas implicações históricas, políticas e socioculturais. O referido idioma aparece em certos manuais de linguística romanânica como exemplo de ‘língua ou variedade por elaboração pura’ (Glessgen 2008: 42, por exemplo), porque o moldávio era inicialmente um dialeto romeno, falado em uma região que se tornara uma parte da então URSS, a hoje independente Moldávia. Durante essa época, diferenças com o romeno se desenvolveram (havia também o emprego do alfabeto cirílico), mas parece que não são essas diferenças que autorizariam postular que o moldávio e o romeno seriam duas línguas, talvez seja melhor falar em duas variedades, como há, para o português, a variedade europeia e a variedade brasileira. De fato, distinguir, hoje em dia, o moldávio do romeno parece delicado. O dicionário *Petit Larousse* (de 2010) menciona que a língua da Moldávia seria o moldávio, enquanto a Wikipédia afirma que o romeno (‘limbă română’) seria a língua oficial; a denominação ‘moldávio’ (limbă moldovenească) implica considerações históricas, políticas e socioculturais, além de ponderações

linguísticas. Deixemos aos moldavos o problema de saber qual língua eles falam, mas, para a obra de Glessgen, já citada, o português do Brasil igualmente é uma variedade (ou variante) do português, ou o francês do Québec, do francês da França. Nestes casos haveria elaboração para legitimar as variantes, ou certas variantes.

Particularmente na sociolinguística descritiva, a variação é um assunto consagrado e estudado, em função da perspectiva adotada, com ferramentas estatísticas e/ou descritivas; mas em língua como em discurso há um certo consenso que a variação é parte inerente de qualquer língua/idioma/dialeto. O espaço concedido à variação pode variar de um dicionário a outro e de uma tradição lexicográfica a outra; contudo, em todos os casos a descrição lexicográfica se baseia sobre certas escolhas que nem sempre são claramente enunciadas, talvez porque a escolha nem sempre tenha sido feita de maneira consciente.

A princípio, tratar a variação implica que já se tenha uma vaga ideia do conjunto que se examina. Em nosso caso, implica línguas socioculturalmente já estabelecidas em contato com estruturas normalizadoras como administração, escolas, academias, etc. Se levamos em consideração o peso crescente que a escrita ocupa nas nossas sociedades, é interessante mencionar a data da criação de algumas Academias. Para o italiano, citamos a *Accademia della Crusca* que foi fundada em 1583 em Florença, na Toscana; a *Académie française* se estabeleceu em Paris em 1634, a *Real Academia Española* tem sua sede em Madrid e foi fundada em 1714 (ou seja, dois séculos depois da obra de Nebrija) e, para terminar, citamos ainda a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897 na então capital do Brasil, Rio de Janeiro. Lembramos que várias dessas Academias mencionadas têm certa autoridade sobre o que se considera a norma, sobre a forma da língua ensinada nas escolas, sem que haja sempre um estatuto jurídico claro a esse propósito. Esta autonomia se exerce, em português por exemplo, por intermediário do *Vocabulário Ortográfico da*

*Língua Portuguesa*, editada pela Academia das Ciências de Lisboa (fundada em 1779) e pela Academia Brasileira de Letras. Mencionamos ainda que, em contraste, a Inglaterra não dispõe de uma instituição comparável com a *Académie française* ou a *Real Academia Española*.

Sendo assim, para as grandes línguas em termos de número de falantes e em termos de tradição da escrita, existem marcas que permitem orientar-se a fim de fixar parâmetros que orientem a análise da variação linguística. A esse propósito é interessante notar que Wartburg (1962) pudera se contentar de dois parâmetros para caracterizar a variação do francês a longo prazo. Ele constata que na Idade Média existia na França uma estruturação horizontal onde o camponês podia falar com o seu nobre, mas os dois teriam tido problemas para comunicar-se com alguém provindo de uma região distante. Passara-se desta estruturação horizontal para uma estruturação vertical, na qual a nobreza (e, aos poucos, a burguesia) se alinhara ao uso da corte de Paris. Dessa forma uma camada da sociedade passou a comunicar-se a nível nacional, enquanto a camada socialmente dita inferior não conseguia comunicar-se neste novo registro de prestígio. A terminologia atual falaria neste contexto de 'variação diatópica' e de 'variação diastrática'. Estes dois parâmetros eram suficientes para caracterizar a situação linguística francesa a longo prazo e Wartburg mostrava, igualmente, que a situação a um dado momento é bem mais complexa.

Limitando-se a uma perspectiva sincrônica, um modelo de variação em três camadas, inspirado em Coseriu, permite apreender suficientemente a variação linguística, mesmo que na praxe lexicográfica outros parâmetros vão averiguar sua utilidade. Primeiramente deve-se considerar a variação diatópica, aquela que se observe no espaço. Em termos lexicográficos, inicialmente convêm saber qual área linguística um dicionário descreve, pois as outras variações não se manifestam forçosamente de maneira igual em todo o território de uma dada língua. Assim, a variação

diastrática, que diz respeito à variação observada em função da estratificação social de uma sociedade, pode manifestar-se diferentemente, segundo o país contemplado, ou mesmo a região, porque dois países falando a mesma língua não têm forçosamente a mesma estruturação social. A industrialização, o êxodo rural e a alfabetização generalizada não se realizaram de maneira comparável em Portugal e no Brasil, por exemplo. Sendo assim, a estratificação social igualmente não recobre uma realidade inteiramente comparável. Do mesmo modo, a variação diafásica, que se manifesta na diferenciação socioprofissional, não produz os mesmos fenômenos dos dois lados do Atlântico; basta comparar a terminologia informática para convencer-se desta disparidade (*mouse – rato* ou *fazer download – baixar*, entre outros).

Em termos de linguística interna, os três parâmetros permitiram tratar a grande maioria dos casos de variação linguística. Para os dicionários de língua geral, outros fatores devem ser considerados para tratar adequadamente nos verbetes o fenômeno em questão. A ferramenta para esta descrição são as chamadas *marcas de uso*, ou *rótulos*. Um dicionário se elabora baseado numa norma que o mesmo reflete e que se reflete depois no que chamamos a *norma do dicionário*. No caso da maioria dos dicionários de língua, esta norma coincide com a chamada norma culta. Desde que uma unidade lexical, ou uma acepção, diverge da norma do dicionário, o lexicógrafo recorre a uma marca de uso como ‘gíria’, ‘informal’, ‘baixo calão’ ou ‘pejorativo’. Estas marcas correspondem a tipologias, em função do fenômeno caracterizado. Assim há marcas diatópicas (*Port., Bras., etc.*), diastrática (*fam., gíria, etc.*) ou diafásicas (*informática, med., etc.*) em relação à tripartição precedentemente exposta. A pormenorização destas categorias é útil para o consulente, mas implica certo risco de interpretações divergentes. Se um dicionário emprega uma marca para indicar a origem de uma palavra, ‘*anglicismo*’ por exemplo, o consulente pode interpretar esta marca como dianormativa (*abusivo, empregado criticado, etc.*), ultrapassando o valor atribuído à marca pelos

lexicógrafos. Da mesma maneira, se não há uma tradição policêntrica estabelecida a propósito de uma língua, uma marca diatópica pode ser interpretada como indicador de um uso a desaconselhar, mesmo se o dicionário apenas visa descrever a variação no espaço.

Antes de ver como a variação diatópica aparece nos dicionários, é útil fazer uma pequena apresentação dos mesmos.

### 3. Os dicionários consultados

Desde que o Ministério da Educação procede à compra de dicionários, existe, no Brasil, uma classificação usual em quatro tipos (Brasil 2012: 19). Obras do tipo 1 são destinadas ao primeiro ano do ensino fundamental e devem ter uma nomenclatura indo de 500 a 1.000 verbetes; obras do tipo 2 dirigem-se aos alunos do 2° ao 5° ano do ensino fundamental e têm entre 3.000 e 15.000 verbetes; os dicionários do tipo 3 visam os alunos do 6° ao 9° ano do ensino fundamental e contêm entre 19.000 e 35.000 palavras; já os dicionários do tipo 4 devem se adequar para o ensino médio, primeiro ao terceiro ano, e devem ter uma nomenclatura indo de 40.000 a 100.000 verbetes. Evidentemente, na visão do Ministério, os quatro tipos devem igualmente distinguir-se por propostas lexicográficas adequadas às faixas etárias, mas estes aspectos não dizem respeito ao presente trabalho.

Os dicionários aqui consultados correspondem todos ao tipo 4, talvez comparáveis com obras como o *Petit Robert* na lexicografia francesa ou o *Deutsches Universalwörterbuch* na lexicografia alemã. Seguem uns comentários a seu propósito.

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (NDLP), de que é questão aqui, tem como autores Jânio da Silva Quadros, ex-presidente, e Ubiratan Rosa. A obra consultada é a primeira edição da Editora Rieel e data de 2005; há uma segunda edição de 2011, no entanto, a edição original dos autores data de 1976. Em outras palavras e segundo a «Apresentação» do editor, temos em

mãos uma versão atualizada. A obra é extremamente econômica na exposição das opções metodológicas que guiaram a elaboração do trabalho em questão. Assim não sabemos se o dicionário foi elaborado segundo um corpus de textos proveniente do Brasil ou de Portugal. Tampouco sabemos que tipo de textos predominam no corpus. A falta destas informações, aliás, não é privilégio do NDLP. Baseado em certas unidades lexicais específicas, Machado Filho (2014: 242) menciona que «é empregado o português brasileiro contemporâneo». Devemos completar que as palavras consultadas por Machado Filho receberam todas, com a exceção de *moleque*, a marca de uso diatópica ‘Bras.’, fato que possibilita acreditar que o português descrito pelo dicionário não é estritamente a variante brasileira, mas um construto supranacional, mesmo que haja também definições lusitanizantes, como «rapariga – mulher muito nova» (Machado Filho 2014: 242). A contracapa afirma que o dicionário tem uma nomenclatura de «mais de 70.000 verbetes».

O *Dicionário da Língua Portuguesa* (DLP) é uma obra regularmente revista e atualizada pela Porto Editora. A edição aqui apresentada foi publicada em 2013 e não menciona um autor encabeçando o dicionário, mas na página cinco são listados os 46 principais colaboradores. Segundo a ‘Nota da Editora’, o dicionário considera «exclusivamente a variedade europeia do português» (DLP 2013: 7). Esta escolha não impede a presença de unidades lexicais provinda de outras variedades, se estas têm certa presença no uso europeu. Talvez isto seja o caso de *mocotó* e *mutala* que recebem, respectivamente, as marcas diatópicas ‘[Brasil]’ e ‘[Angola]’. Em termos de volume, o DLP contém «cerca de 265.000 definições, expressões fixas e provérbios» (Contracapa). É de tamanho comparável aos outros dicionários consultados para o presente estudo.

Com o *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (Aulete) estamos diante de uma obra brasileira que tem suas raízes em Portugal. De fato, Caldas Aulete (1826-1878)

iniciara os trabalhos para um dicionário cuja primeira edição, póstuma, data de 1881, ainda sem «Novíssimo Aulete» no início do título. Havia ainda duas outras edições (1925 e 1948) em Portugal e, depois, cinco outras (1958, 1964, 1974 1980 e 1987) no Brasil, publicadas pela editora Delta, Rio de Janeiro. Trata-se de um dicionário em cinco volumes (edição de 1946). Hoje, os dicionários Caldas Aulete pertencem à Lexicon Editora Digital, Rio de Janeiro. O dicionário aqui tratado é organizado por Paulo Geiger e data de 2011. Segundo a «Proposta lexicográfica» do dicionário, a obra foi atualizada com a ajuda de corpora e reflete o contexto brasileiro e contemporâneo. Em 1.500 páginas, o Aulete apresenta 75.000 verbetes, ou cerca de 200.000 acepções. Na página XI, a propósito de «indicações de contexto», o dicionário alega o seguinte sobre as marcas diatópicas:

*regionalismo*: Indica quando a acepção é restrita a ou mais frequentemente em determinada área geográfica (especialmente estados e regiões do Brasil, ou Brasil, ou Portugal ou outros ~~outros~~ país lusófono.

Esta citação permite inferir que o Aulete descreve um português supranacional em que unidades lexicais de uso apenas em Portugal ou no Brasil são regionalismos; além disso, dá-se mais peso à variedade brasileira, pois subcategorias geográficas apenas se aplicam ao território brasileiro, mas não ao território português ou angolano, por exemplo.

O *Grande dicionário Sacconi da língua portuguesa* (GDS) foi elaborado por Luiz Antônio Sacconi e publicado em 2011 pela Editora Nova Geração de São Paulo, Brasil. Ao nos basearmos na «Apresentação» assinada pelo autor, podemos afirmar que o

[...] vocabulário selecionado [...] reflete[m] a língua do cotidiano [...]

e que

[...] o dicionário contempla o português contemporâneo do Brasil [...].

Neste sentido, consideramos o GDS como o equivalente brasileiro do DLP, pois ambas as obras estipulam descrever a variedade do país onde estão editadas; no entanto, o GDS explica apenas os critérios de seleção do vocabulário (língua cotidiana, vocabulário de adultos e jovens, etc.), mas não a natureza do *corpus*, ou *corpora*, que serviu à elaboração do mesmo. A consulta de certos verbetes, como *banheira*, mostra que acepções típicas do português europeu estão, a princípio, ausentes, ou quase, em *rapariga*, mas não sabemos se este fato é devido ao *corpus* ou à opção de descrever o português do Brasil. Contrariamente aos outros dicionários aqui apresentados, o GDS, além de ‘comentado’ e ‘crítico’, se declara ainda ‘enciclopédico’; sendo assim, há verbetes consagrados a nomes próprios e extensões enciclopédicas no interior de certos verbetes de nomes comuns. Diante destas escolhas lexicográficas, o GDS é, com 200.000 verbetes em 2.000 páginas, comparável às outras obras aqui apresentadas em termos de volume.

Depois da apresentação das quatro obras, convém examinar como a prática lexicográfica reflete concretamente nos respectivos verbetes a variação diatópica.

#### 4. A prática lexicográfica

Se percorrermos os quatro dicionários de *paçoca* a *paguro*, obteremos um total de 132 unidades lexicais; dessas apenas 83 encontram-se no NDLP, 88 no DLP, 77 no Aulete, 52 no GDS e apenas 29 encontram-se nos quatro dicionários. Um dos fatores que explica a divergência nos números reside nas práticas lexicográficas divergentes dos dicionários. Assim, o GDS recorre mais frequentemente ao reagrupamento que as outras obras; *pacotilheiro*, por exemplo, encontra-se como subentrada no verbe *pacotilha* do referido dicionário, ou o Aulete trata *padrão-ouro* no verbe *padrão*. De maneira parecida nota-se a presença isolada em um único dicionário de unidades lexicais cujo significado

se deixa derivar sem problema da interpretação de uma outra unidade lexical presente, mas não conseguimos números significativos desse caso que permitiriam afirmar que tal ou tal dicionário recorresse mais facilmente que outro à omissão de unidades derivadas de fácil interpretação. O DLP é o único dicionário que menciona «**padeira**, mulher que fabrica ou vende pão [...]», o NDLP o único que menciona «**padeiral**. Referente a, ou próprio de padeiro». Os outros dicionários dispensaram consagrar um verbete específico ao feminino de *padeiro* ou ao adjetivo formado a partir da palavra em questão, respectivamente.

As partes pré-dicionarísticas (apresentação, prefácio, etc.) deixam entender que o DLP e o GDS são as duas obras que se identificam mais claramente com uma variedade de português, a europeia para o DLP e a brasileira para o GDS. No GDS esta escolha metodológica tem pouca influência sobre a presença única de palavras; as duas unidades levantadas (*padrão-ouro* e *page view*) recebem uma marca de uso remetendo uma unidade à economia e a outra à informática, de tal maneira que estas presenças possam ser ligadas a uma maior abertura a certas áreas do saber. No entanto, sabe-se que o português nem sempre recorre à mesma terminologia nos dois lados do atlântico. Já no DLP, certas unidades lexicais sem marca de uso devem talvez sua presença exclusiva a um uso específico ou a um uso mais frequente em Portugal. Citamos a esse propósito as unidades *pacotilho*, *pactear* e *pagela*. Neste mesmo dicionário *padela*, *padinha* e *pagastina* recebem a marca '[regionalismo]', e regionalismo refere-se no DLP ao uso geograficamente limitado em Portugal e não a um uso limitado em relação a um português supranacional; neste sentido, estas unidades estão ausentes dos outros dicionários por corresponderem a um uso demasiadamente restrito em relação à língua portuguesa vista do Brasil. O caso de *padida*, que recebe a marca '[Guiné-Bissau]', possivelmente indica que o português dos países africanos esteja mais em contato com a variedade europeia do que com a do Brasil. Quanto ao NDLP, o uso de marcas diatópicas

deixa supor que se descreve um português supranacional com certa pormenorização do uso brasileiro na descrição do léxico, como mostram *páfia* e *pafioso*, presentes apenas no dicionário em questão:

**PÁ.FIA** s.f. 1 *Bras. RS* Presunção; empáfia. 2 Forma aferética de EM-PÁFIA.

**PA.FI.O.SO** (ô) adj. *Bras.* Presunçoso; cheio de páfia: enfatuado. [...]

Cabe agora observar como são tratadas as unidades lexicais presentes nos quatro dicionários, afim de levantar semelhanças e dissemelhanças que permitem ilustrar aspectos típicos dos dicionários aqui consultados. Os verbetes transcritos apenas apresentam os aspectos pertinentes para uma comparação; em outras palavras, se um dicionário vê a existência de cinco acepções a propósito de uma unidade lexical e outro apenas vê duas, este fato apenas será tratado, se houver elementos que permitam ligar esse fato à variação diatópica.

Com os verbetes relacionados à unidade lexical *paga* ilustramos o caso em que aparentemente há divergência entre os quatro dicionários.

**PA.GA** s.f. 1 Ação ou efeito de pagar. 2 Pagamento [...] (NDLP).

**paga** *n.f.* 1 ato ou efeito de pagar 2 pagamento [...] 3 [fig.] agradecimento [...] (DLP).

**paga** (pa.ga) *sf.* 1 Pagamento, ou quantia dada como pagamento 2 Retribuição [...] (Aulete).

**pa.ga** *sf.(a)* 1. Ação ou efeito de pagar; pagamento; remuneração [...] (GDS).

As acepções aqui mencionadas não contêm marcas de uso e são empregadas tanto em Portugal como no Brasil. Certos em-

pregos recebem a marca *fig.*, ‘figurado’, mas não há elementos para decidir se os usos em questão são típicos do português descrito pelos dicionários que atribuem estas marcas. A ausência de qualquer marca diatópica, sobretudo no DLP e no GDS, indica que a unidade lexical pertence a um português que chamamos aqui de supranacional.

Outra unidade lexical presente nos quatro dicionários é *padaria*. A primeira acepção não recebe nenhuma marca de uso, sendo, portanto, de uso estilisticamente não marcado em um português supranacional.

**PA.DA.RI.A** s.f. 1 Estabelecimento onde se vende ou fabrica pão. 2 *Bras. Chulo* As nádegas. (NDLP).

**padaria** [pa] n.f. 1 casa onde se fabrica ou vende pão 2 [Brasil] [pop.] rabo (De *pada* + *ria*) (DLP).

**padaria** (pa.da.ri.a) sf. 1 Lugar em que se fazem pães [...] para vender [...] 2 *Bras. Pop.* O par de nádegas [...] (Aulete).

**pa.da.ria** (pa) s.f. (a) 1. Lugar onde se faz e vende pão; panificadora. 2. *Chulo* Nádegas [...] (GDS).

No tocante à segunda acepção, é interessante contrastar a presença da marcação diatópica «Brasil» nos três primeiros dicionários com a sua ausência no GDS. Este emprego das marcas de uso é lexicograficamente significativo, pois mostra que o GDS descreve o português do Brasil, razão que dispensa o seu uso. Já o DLP tem certa abertura ao que é, na sua perspectiva, *brasileirismo*. A situação é mais delicada com o NDLP e o Aulete que empregam também a marca ‘*Bras.*’ Para os dois dicionários supomos que este fato é devido à referência a um português que ultrapassa as fronteiras do Brasil. Concretamente, ao consultar outras unidades lexicais, como *banheiro*, nota-se que certos *lusismos* não recebem marca diatópica no NDLP, enquanto o Aulete parece se basear na delimitação geográfica, o português suprana-

cional, recorrendo a marcas como *Bras.* (*brasileirismo* ou *Brasil*) e *Lus.* (*lusitanismo*). Quanto ao uso das marcas diastráticas (*chulo*, *pop.*), observamos em outra ocasião que seu uso nem sempre é sistemático (Strehler 2014).

Os verbetes a respeito de *pagode* permitem igualmente observações que ilustram divergências ligadas à variação diatópica.

**PA.GO.DE** s.m. 1 Espécie de templo que alguns povos asiáticos [...] 2 O ídolo adorado nesse templo. 3 *Pop.* Divertimento; pagodeira [...] 4 *Bras.* Zombaria 5 De pagode: em grande quantidade. (NDLP).

**pagode** n.m. 1 designação genérica dos templos de certas regiões da Ásia [...] 2 ídolo adorado nesses templos 3 antiga moeda de ouro da Índia 4 [fig. pop.] troca 5 [Brasil] MÚSICA variação do samba [...] (DLP).

**pagode** (pa.go.de) sm. 1 *Bras.* Reunião informal na qual se toca, canta e dança pagode e esp. samba 2 *Bras. Mús.* Certo tipo de samba [...] 4 Divertimento alegre e festivo [...] 5 *Bras.* Caçoada, zombaria [...] 6 *AL Dnç. Mús.* Ver *coco*<sup>4</sup> 7 *Arq.* Templo religioso budista [...] 8 O ídolo que se adora nesse templo 9 *Num.* Moeda de ouro que circulava [...] (Aulete).

**pa.go.de** s.m. (o) 1. Pavilhão destinado ao culto e adoração dos deuses, na Ásia [...] 2. Ídolo venerado nesse pavilhão. 3. Brincadeira popular, ruidosa [...] 4. Ritmo popular, espécie de samba [...] 5. Reunião informal em que se desfruta esse ritmo[...] (GDS).

Há, sem dúvida, duas acepções que fazem parte ao mesmo tempo do português europeu e do português brasileiro. Os quatro dicionários falam de «edifício religioso» e de «ídolo consagrado ao culto em questão». As diferenças residem, neste caso, na ordem em que as diferentes acepções aparecem nos respectivos verbetes. O Aulete é o único dicionário que não menciona estes dois sentidos no início como acepção 1 e acepção 2, talvez por privilegiar uma sequência de significados organizados com critérios de frequência em detrimento de uma organização que reflete a evolução semântica. Mais pertinente em relação à estratificação geográfica da língua é a acepção de ‘moeda de ouro’. De fato,

num verbete relativamente curto, o DLP menciona a acepção em questão, que não encontramos nem no NDLP, nem no GDS, ambos de tamanho maior. Já no Aulete é a nona e última acepção que se consagra ao referido sentido. Presença/ausência de um determinado significado pode ser explicada através de sua pertinência por uma comunidade linguística; ou seja, na impossibilidade de descrever o léxico na sua completude, retiram-se acepções mais raras. Assim o GDS e o NDLP possivelmente julgaram o referido sentido como demasiadamente raro, enquanto o Aulete, que consagra nove acepções a *pagode* (contra seis do DLP), ainda o trata. Para os portugueses, historicamente bem mais em contato com o oriente, onde circulava a referida moeda, trata-se de uma acepção menos rara que para os brasileiros e é sem dúvida este fato que explica sua presença no GDS. Para as acepções que dizem respeito à música, notamos um contraste interessante entre o DLP e o Aulete. Neste primeiro dicionário há apenas uma única acepção (a sexta) consagrada ao tema e ela é claramente marcada como brasileirismo, enquanto o Aulete contém três acepções a esse propósito, todas com marcas diatópicas, mas a marca *Bras.* não significa distanciamento da norma dicionarística do português descrito, pois ela indica uma subcategorização em relação ao português supranacional. Na acepção 6 do referido dicionário, notamos até um nível de subcategorização suplementar, *AL* significa Alagoas, um Estado do nordeste brasileiro. O verbete *pagode* do GDS mostra, ainda uma vez, que o português de referência é o empregado no Brasil, pois as acepções típicas deste país não recebem nenhuma marca topográfica.

### 5. Considerações finais

Os dicionários examinados se dividem em duas categorias. De um lado aqueles que descrevem o português numa perspectiva supranacional e, de outro, aqueles que descrevem apenas uma parcela da extensão geográfica ocupada por esta língua. Neste

contexto, o NDLP e o Aulete pertencem a esta primeira categoria, e as duas outras obras, o DLP e o GDS, à segunda. Notamos que o valor pragmático das marcas de uso diatópico está condicionado pela categoria de dicionário a que pertence. Dessa forma, marcas que se referem apenas ao Brasil ou a Portugal fazem sentido em obras como o NDLP ou o Aulete, pois pressupõem um português supranacional descrito. Se uma obra descreve essencialmente o português de um dado país, as marcas diatópicas, se empregadas, não têm o mesmo valor. É o que se observa no DLP, que descreve o português europeu, e no GDS, que descreve o português do Brasil. O DLP não precisa de uma marca específica para lusismos, pois estes constituem inicialmente a norma dicionarística da obra; já a marca '[Brasil]' tem a sua utilidade para indicar ao consulente que uma aceção assim marcada foge do 'uso normal' descrito pelo DLP. O GDS funciona, até certo ponto, de maneira simétrica. Os brasileirismos não recebem marca de uso diatópica, pois correspondem à norma dicionarística do GDS. Já para os lusismos não encontramos exemplos na fatia do dicionário examinada, mas consultas suplementares mostram que os lusismos são bastante ignorados no GDS, a tal ponto que *betão* não aparece como o equivalente de *concreto* empregado em Portugal, mas, corretamente, como galicismo (*béton*), porém apagando o uso corriqueiro da variedade europeia.

Estas constatações feitas, cabe explicitar a problemática ligada à existência de 'dicionários supranacionais' (NDLP, Aulete) e de 'dicionários regionais' (DLP, GDS). Em geral, os dicionários em questão são consultados no seu país de elaboração, quer dizer poucos portugueses vão consultar um dicionário brasileiro e vice-versa. Neste contexto, o consulente confrontado a uma marca de uso diatópico deve saber como deve interpretá-la. Diante da marca que indica um brasileirismo, deve-se interpretar se o fato linguístico assim caracterizado foge da norma dicionarística (no DLP) ou apenas indica uma subcategorização no espaço linguístico descrito (no NDLP e no Aulete). Em todos os casos há um

parâmetro que escapa aos lexicógrafos: saber como um consulente interpreta uma marca diatópica. Em termos lexicográficos, uma marca diatópica apenas visa indicar a extensão geográfica do fenômeno caracterizado, mas o consulente às vezes acrescenta um significado suplementar às referidas marcas. Se as variedades brasileira e europeia do português são reconhecidas e estabelecidas através das normas cultas brasileira e portuguesa, as marcas *Bras.* ou *Lus.* não devem provocar problemas de interpretação, mas *AL* (Alagoas), [*regionalismo*] ou [*Guiné-Bissau*], por exemplo, poderiam provocar a interrogação alheia às intenções do lexicógrafo para saber se as palavras assim caracterizadas pertencem ao ‘bom’ português culturalmente admitido.

Baseado no que foi exposto, deve haver uma adequação entre as opções lexicográficas a propósito da área linguística descrita e o emprego das marcas de uso diatópicas. É igualmente desejável que o consulente tenha consciência das opções lexicográficas adotadas pela obra consultada. Esta consciência pode evitar más interpretações a nível semântico como a nível pragmático. Além dos aspectos citados e para garantir certa coerência às obras lexicográficas, deveria ainda ser verificado se as definições seguem as escolhas sugeridas pelos dicionários. Ou seja, a *realia* num ‘dicionário supranacional’ está definida numa perspectiva supranacional ou numa perspectiva local, brasileira ou portuguesa? Seja como for, a praxe lexicográfica permite afirmar que certos usos são considerados como brasileirismos ou como lusismos, sem que esses usos sejam percebidos como dialeto de um português supranacional. Os usos meramente africanos não parecem gozar de uma lexicografia específica *grand public*. Este fato é, sem dúvida, típico das línguas europeias que tiveram seu número de falantes fora da Europa ultrapassar o número de falantes no Continente de origem. Talvez seja interessante ver como o português praticado nos países da África se inserirá daqui a uns trinta ou cinquenta anos nesta paisagem linguística atualmente constituída pelas variedades europeia e brasileira. Percebemos que as variedades

africanas, hoje em dia, ainda estão pouco presentes na lexicografia do português, mas supomos que o peso demográfico e econômico crescente dos países africanos faça com que suas variedades se afirmem de maneira parecida com o que aconteceu com a variedade brasileira.

## 6. Bibliografia

- Anónimo (2013): *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora [regularmente revisado e reeditado].
- Aulete, Caldas (2011): *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, editado por Paul Geiger, Rio de Janeiro: Lexikon.
- Borba, F. da S. (2003): *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP).
- Boulanger, J??-C?? (1995): *Lexicographie générale, notes de cours*, Québec: Université Laval; Société Dictionel.
- Brasil — Ministério da Educação (2012): *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*, Brasília: Secretaria da Educação Básica [Disponível em pdf: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12059-dicionario-em-sala-de-aula-pnld-pdf&Itemid=30192/](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12059-dicionario-em-sala-de-aula-pnld-pdf&Itemid=30192/)>, acesso em xx de xx de xxxx].
- Bugeño Miranda, Félix / Farias, Virginia Sita (2013): «Teorías semánticas y definición lexicográfica: análisis de las paráfrasis explicativas de los diccionarios generales de lengua española», em: *Cadernos de Tradução* 32/2 (Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC]), págs. 183-225.
- Coseriu, Eugenio (1981): «Los conceptos de ‘dialecto’, ‘nivel’ y ‘estilo de lenguaje’ y el sentido propio de la dialectología», em: *Lingística española actual* 3, pág. 1-32.
- Díaz Martínez, Liset (2014): «Espagnol d’Amérique Latine: traitement lexicographique de la variation diatopique», em: *ELA: Études de linguistique appliquée* 176, págs. 425-439.

- Glessgen, Martin-Dietrich (2008): *Linguistique romane*, Paris: Armand Colin.
- Machado Filho, Américo V. L. (2014): «A Variação linguística em dicionários escolares: o estado da arte», em: *Revista da AN-POLL* 37, págs. 233-246.
- Herold, Nastasia (2014): «Angolas Sprachgeschichtsmythos», em: *Lusorama* 99-100 (Frankfurt am Main: DEE), págs. 120-146.
- Quadros, Jânio da Silva / Rosa, Uribatan (2005): *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, editado por Italo Amadio, São Paulo: Rieel.
- Sacconi, Luiz Antonio (2010): *Grande Dicionário Sacconi da língua portuguesa*, São Paulo: Editora Nova Geração, 2010.
- Saussure, Ferdinand de (1982): *Cours de linguistique générale*, Paris: Payot [edição crítica de Tullio de Mauro].
- Strehler, René G. (2014): «A marca ‘pop.’ em dicionários de língua portuguesa», em: *Lusorama* 99-100 (Frankfurt am Main: DEE), págs. 103-119.
- Strehler, René G. (2013): «O *Dictionnaire suisse romand* e a lexicografia diferencial», em: *Cadernos de Tradução* 32/2 (Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina [UF-SC]), págs. 57-80.
- Wartburg, Walther von (<sup>6</sup>1962): *Évolution et structure de la langue française*, Bern: Francke.
- Welker, H. A. (2004): *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografiam*, Brasília: Thesaurus.

# Lusorama

## Zeitschrift für Lusitanistik

### Revista de Estudos

#### sobre os Países de Língua Portuguesa

Prof. Dr. Axel Schönberger — Im Geeren 125 — D-60433 Frankfurt am Main  
Tel.: + 49 (0) 69 / 53 05 38 45 — Fax: + 49 (0) 69 / 53 05 38 46 — <<http://www.lusorama.eu>> — <[schoenberger@lusorama.de](mailto:schoenberger@lusorama.de)>

---

Herrn  
René G. Strehler  
Universidade de Brasília  
IL/LET ICC Sul B1-167/63  
Campus Darcy Ribeiro  
BR-70910-900 Brasília — Brasil

Frankfurt am Main, den 16. Juli 2018

Betrifft: Druckfahnenkorrektur für *Lusorama*

Sehr geehrte Beiträgerin, sehr geehrter Beiträger!

Bitte senden Sie ein Exemplar der Fahnen sorgfältig korrigiert innerhalb von zehn Tagen an die Redaktion zurück. Korrekturen auf Diskette oder per E-Post werden nicht akzeptiert. Bei der Korrektur sind unbedingt die Korrekturvorschriften DIN 16511 des Duden zu verwenden. Verspätet eintreffende Fahnen können im Interesse des pünktlichen Erscheinens der Zeitschrift nicht berücksichtigt werden. Nachträgliche Autorenkorrekturen können nur eingefügt werden, soweit es der Umbruch noch zuläßt.

Als Autor eines oder mehrerer Beiträge steht Ihnen ein Belegexemplar der jeweiligen Ausgabe der Zeitschrift zu. Falls Sie darüber hinaus weitere Exemplare derselben Ausgabe zum Vorzugspreis wünschen, senden Sie bitte mit den korrigierten Fahnen diese Seite entsprechend ausgefüllt zurück.

Bitte beachten Sie, daß sowohl die Paginierung als auch die in der Fußzeile angezeigte Ausgabe von *Lusorama* sich unter Umständen noch ändern können.

Im Autorenverzeichnis erscheint obige Anschrift. Falls Sie eine andere Angabe wünschen, so vermerken Sie dies bitte auf den Korrekturfahnen.

Mit freundlichen Grüßen



Dieses Schreiben wurde maschinell erstellt.

---

Betrifft: Ermäßigte Autorenexemplare von der Ausgabe von *Lusorama*, in der mein Text erscheinen wird

Außer dem mir zustehenden Autorenfreiexemplar erbitte ich ..... weitere Autorenexemplare auf eigene Rechnung zum ermäßigten Preis von 20 Euro (Doppelnummer) pro Exemplar (zuzüglich Versandkosten).

Datum:

Unterschrift:

---

Anschrift:

---

#### Herausgeber / Editores:

Dr. Luciano Caetano da Rosa (Beja), Prof. Dr. Axel Schönberger (Bremen), Prof. Dr. Michael Scotti-Rosin (Mainz)

#### Wissenschaftlicher Beirat / Conselho Científico:

Prof. Dr. Dietrich Briesemeister (Jena) — Prof. Dr. Eberhard Gärtner (Leipzig)

Prof. Dr. Sybille Große (Heidelberg) — Prof. Dr. Reinhard Krüger (Stuttgart)

Prof. Doutora Rosa Maria Sequeira (Lisboa)